

# **Inserção de ciências visando à compatibilização do SAEB com o PISA e seus reflexos nas Políticas Educacionais**

## **Insertion of sciences aiming at the compatibilization the SAEB with PISA and its reflections in Educational Politics**

**Janaína Dias Godinho**

Universidade Luterana do Brasil - ULBRA  
tchejana@gmail.com

**Maria Eloisa Farias**

Universidade Luterana do Brasil - ULBRA  
mariefs10@yahoo.com.br

### **Resumo**

Este estudo consiste em uma apreciação crítica sobre a evolução do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica culminando com a inserção dos conteúdos de ciências na Prova Brasil com o objetivo de aproximar os dois Sistemas avaliativos, SAEB e PISA. Trata-se de um trabalho ensaístico sobre a relação das avaliações externas considerando seus reflexos nas políticas públicas voltadas para a formação continuada dos docentes no Brasil. São confrontadas as semelhanças e diferenças entre SAEB e PISA. Através da revisão da literatura, considera-se que a inserção de ciências ao IDEB valoriza este campo do conhecimento e conseqüentemente implicará também em um melhor preparo dos docentes desta área, incrementando assim o apoio e incentivo à formação continuada voltada para o ensino de ciências.

**Palavras chave:** SAEB, IDEB, PISA, políticas públicas, formação continuada.

### **Abstract**

This study consists of a critical appraisal of the evolution of the National Assessment of Educational culminating with the insertion of the of Sciences content in Proof Brazil with the aim of approximating the two evaluative systems, SAEB and PISA. This is an essayistic work about the relation of external assessments considering their effects on public politics directed toward the continued formation of teachers in Brazil. Are confronted the similarities and differences between SAEB and PISA. Through the review of the literature, is considered that the insertion of the sciences IDEB values this field of knowledge and consequently also will imply a better preparation of teachers in this area, thus increasing the support and encouragement to the continuous formation geared towards science teaching.

**Key words:** SAEB, IDEB, PISA, public politics, continued formation.

## **Introdução**

As avaliações externas executadas pelos Sistemas de Monitoramento de ensino, municipais, estaduais, federais e internacionais, são diferentes das avaliações escolares que os professores realizam com seus alunos. Segundo Maia (2008), os objetivos das avaliações externas vinculam-se ao diagnóstico do que os alunos aprendem nas escolas, cujos resultados devem servir para o direcionamento específico das atividades e processos de ensino desenvolvidos em sala de aula, definições de políticas, ênfases e currículos futuros.

Para Wittmann (2008), a avaliação em larga escala é um instrumento significativo para as atuais demandas sobre a qualidade do ensino e relevância da educação escolar, oferecendo subsídios para formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação no Brasil, e também para a gestão da educação em nível de sistemas estaduais e municipais em suas respectivas escolas.

Esta premissa subsidia a afirmação de que a criação, o aprimoramento e a evolução das avaliações educacionais externas e as políticas públicas educacionais estão entrelaçadas, uma vez que, os índices resultantes destas avaliações, sejam elas nos parâmetros nacionais (como o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) ou internacionais (como o PISA – *Programme for International Student Assessment* – Programa Internacional de Avaliação de Alunos), balizam e orientam as diretrizes governamentais.

Os índices gerados pelas avaliações externas, além de diagnosticar o desempenho dos alunos, expõem o trabalho docente. O IDEB é concebido como um indicador objetivo que permitirá o monitoramento da evolução da situação educacional, compreendendo metas intermediárias (a cada dois anos) e finais em 2022, estimado com base nas avaliações que os professores fazem nas escolas, das quais resultam as taxas de promoção, e as avaliações de desempenho dos alunos em modalidades do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB (Luce e Farenzena, 2007 p. 11).

Portanto, o estudo comparativo entre avaliações externas e políticas educacionais se torna pertinente, pois, como afirma Krasilchik (2000), a democratização do país e a disputa por verbas para manutenção dos sistemas escolares aumentam a pressão por dados que possam servir de indicadores que orientem decisões dos sistemas em todos os níveis de ensino. Nesse sentido, Dourado (2007) também reflete sobre a questão do investimento em educação básica, tendo a qualidade como parâmetro de suas diretrizes, metas e ações e conferindo a essa qualidade uma dimensão sócio-histórica e, portanto, inclusiva, sendo um grande desafio para o país, em especial para as políticas e gestão desse nível de ensino.

A Prova Brasil integra o SAEB e até a sua última aplicação contava apenas com questões de língua portuguesa e matemática. Este exame é aplicado bianualmente por meio de amostragem, avaliando alunos matriculados nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental (antigas 4ª e 8ª séries) e do 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas e privadas.

No início deste ano, o Ministério da Educação (MEC) anunciou a inclusão da disciplina de ciências na Prova Brasil, justificando que o intuito é aproximar o sistema Nacional de Avaliação, que resulta no IDEB ao PISA. A inserção deste conteúdo no SAEB a partir da edição de 2013 pode ser considerada um marco importante para a equiparação dos dois sistemas de avaliação, embora se observe diferenças significativas.

Neste estudo, se reflete acerca do propósito desta aproximação entre os dois sistemas avaliativos, considerando seus reflexos nas políticas públicas voltadas para a formação continuada dos docentes no Brasil.

### **Conhecendo as semelhanças e diferenças entre o IDEB e o PISA**

O PISA é realizado desde 2000 pela OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), trata-se de uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. Participam desta avaliação, os países da OCDE e países convidados tendo nosso país participado desde a primeira edição.

Para Waiselfisz (2009), o PISA é uma avaliação sistemática, prospectiva e comparativa no nível internacional dos conhecimentos e competências nas áreas de Matemática, Ciências e Língua, de estudantes na faixa dos 15 anos de idade; e configura-se, hoje, como única e poderosa fonte prospectiva e comparativa de nível internacional disponível no momento na área educacional.

Atualmente, o Brasil encontra-se na 53ª posição em leitura e ciências e na 57ª em matemática, num ranking com 65 países participantes do PISA. Segundo Dickel (2010), o programa PISA expõe o Brasil no cenário internacional como um dos países em que o fracasso da Educação Básica se faz proeminente, independentemente da área avaliada, leitura, matemática ou ciências.

A avaliação em nível nacional no Brasil iniciou no fim dos anos 1980, sendo criados diferentes instrumentos nas esferas federal, estadual e municipal visando mensurar o desempenho dos estudantes (Dourado, 2005). Segundo Wittmann (2008), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica foi criado em 1988 e é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, tendo passado por inúmeras mudanças, alterações e revisões. A autora menciona a Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005 qual altera o nome SAEB para Exame Amostral do SAEB, sob a denominação de Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), o nome do SAEB foi mantido nas publicações e demais materiais de divulgação e aplicação da avaliação.

Em 2007, o MEC instituiu o Índice de Desenvolvimento Educação Básica, o IDEB. Este indicador é calculado com base no desempenho dos estudantes em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. O resultado é expresso através de uma escala de zero a dez, estabelecendo metas de qualidade a serem alcançadas pelos sistemas municipais, estaduais e federais.

Conforme Fernandes (2007), o IDEB é o indicador objetivo para a verificação do cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação. O autor destaca o eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação do MEC que trata da educação básica; na qual define a meta nacional do IDEB em seis, na interpretação de Fernandes (2007), significa dizer que o país deve atingir em 2021, considerando os anos iniciais do ensino fundamental, o nível de qualidade educacional, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação), da média dos países desenvolvidos (média dos países membros da OCDE) observada atualmente.

Em nota técnica (2007) sobre a compatibilização de desempenhos do PISA com a escala do SAEB, o MEC/INEP explica que os níveis de desempenho adotados pelo PISA de 2003 com a escala do SAEB de 2003 consistem em identificar notas que correspondam a um determinado desempenho no PISA (e vice-versa). Portanto, a partir dessa compatibilização, por exemplo, é possível realizar uma comparação entre o desempenho dos alunos brasileiros e estrangeiros, e estabelecer metas de performance no SAEB condizentes com níveis de referência do PISA.

Porém, o próprio documento salienta as diferenças entre os dois sistemas de avaliação, como o fato das duas avaliações não possuírem a mesma escala de proficiência e a ausência de itens comuns que possam ser utilizados para que isso seja feito, além dos alunos avaliados no PISA serem da faixa etária de 15 anos, indiferente da série que estejam estudando, enquanto que o SAEB avalia alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental (antigas 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental), e de 3º ano do Ensino Médio (EM) não considerando a idade.

Nesse sentido, Marchelli (2010) ressalta a diferença entre as metodologias adotadas pelo PISA e SAEB, e já indicava a necessidade da aplicação de uma nova prova nacional específica para jovens de 15 anos de idade em todos os municípios, além da inserção dos conteúdos de ciências além de matemática e leitura. O autor também salienta que as finalidades das duas avaliações têm objetivos diferentes.

Assim comparando o SAEB e o PISA, destacam-se três diferenças: a) as áreas de conhecimento avaliadas; b) as metodologias das avaliações e; c) suas finalidades. Percebendo-se que o desafio para compatibilizar os dois índices esta muito além da equiparação dos conteúdos avaliados.

Observa-se que a busca pela compatibilização entre SAEB e PISA merece estudos aprofundados principalmente em relação aos seus objetivos avaliativos e as direções para as quais os indicadores gerados podem encaminhar.

### **Relação entre as avaliações externas e os reflexos nas políticas educacionais**

A análise, feita por Silva (2010), sobre a reforma educacional implantada a partir do final da década de 1990, constatou definições inovadoras no que concerne à gestão e à avaliação da educação básica e à definição de mecanismos para uma maior responsabilização da escola e seus profissionais sobre os resultados dos alunos nos exames nacionais.

Para Freitas (2002), foi a partir de 1995, quando houve o desenvolvimento e implementação de políticas educacionais neoliberais que a qualidade da educação foi assumida como bandeira pelos diferentes setores governamentais e empresariais, adquirindo importância estratégica, como condição para o aprimoramento do processo de acumulação de riquezas e aprofundamento do capitalismo.

Do ponto de vista da organização e gestão, o atual sistema brasileiro de ensino é resultado de mudanças importantes no processo de reforma do Estado e fruto de alterações introduzidas em 1988 por meio da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil e, em 1996, por meio da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e ainda da aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE, em 2001 (Brasil, 2005).

Desde a Constituição de 1934, foram elaborados apenas dois Planos Nacionais de Educação: o de 1962, como decorrência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4024/61), e o que resultou, tardiamente, da Constituição de 1988 – o Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 (Educação & Sociedade, 2010).

A respeito da relação entre a Constituição Federal de 1988 com os sistemas educacionais, Cury (2002) compara que, ao contrário do que fez com o sistema financeiro nacional, o sistema nacional de emprego e o sistema único de saúde, se optou por pluralizar os sistemas de ensino (art. 211 da Constituição Federal), o autor atribui a esta concepção articulada a decorrência da exigência de um Plano Nacional de Educação – PNE (art. 214 da Constituição Federal), que seja ao mesmo tempo, racional nas metas e nos meios, e efetivo nos seus fins.

A partir da leitura do PNE (Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001) consegue-se estabelecer uma relação direta entre a busca pela melhoria da Educação no País com as reformulações na

gestão educacional, assim como as demandas para a formação docente. Neste documento (PNE - 2001 - 2008 Volume 3. p.658), no qual consta a listagem completa de metas estabelecidas, é apresentado o compromisso em promover, em ação conjunta da União, dos Estados e dos Municípios, a avaliação periódica da qualidade de atuação dos professores.

Em seu estudo do PNE, Clímaco (2012) destaca o inciso dez, que é destinado à formação dos professores e valorização do magistério, em cujo diagnóstico aponta simultaneamente para três frentes de políticas docentes: a) a formação profissional inicial; b) as condições de trabalho e carreira e; c) a formação continuada. O último item citado assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna, portanto, o PNE, dedica especial atenção à formação permanente (em serviço) dos profissionais da educação.

A vinculação da qualidade da educação à formação dos professores foi também estudada por Dias (2003), apontando uma série de regulamentações no âmbito do legislativo, tendo sido intensificadas no período de 1999 a 2001, que por intermédio do conceito de competências, é organizado o discurso que objetiva construir a qualidade da formação docente. Este período coincide com a publicação do PNE.

Contudo, Luce e Farenzena (2007) ressaltaram a importância de se voltar às atenções para os sistemas e sistemáticas de avaliação implicados, problematizando-os, pois, são estes que estão/estarão comunicando (enunciando como verdade) sucessos e insucessos, eficiências e ineficiências que, se têm um valor, por certo este apresenta uma face simbólica, mas literalmente é/será quantificado em recursos financeiros.

Desse modo, a relação entre as avaliações externas, cujos seus índices definem a qualidade dos sistemas de ensino, ao se pensar na gestão se faz necessária a reflexão sobre a concepção de qualidade adotada. Conforme Bruel (2010), a concepção de qualidade que deve ser adotada pelos documentos é de que a educação deve ser criteriosamente analisada, sobretudo defendendo uma educação que garanta a qualidade para todos, independentemente das regras do mercado capitalista.

Percebe-se assim a complexidade das avaliações externas em Educação, principalmente quando se sabe que seus indicadores servirão de base para a elaboração de prioridades na gestão. Entende-se então que as avaliações externas não podem somente traduzir os acertos e erros dos conhecimentos curriculares dos alunos sem considerar em suas fórmulas de cálculo as condições sociais e econômicas de cada realidade. Em seu estudo, Marchelli (2010) defende que os resultados do SAEB devem ser associados a indicadores de natureza social mais amplos, como a TEB (Taxa de Escolarização Bruta) e não ao conceito de qualidade das notas, que na opinião do autor, traz pouca contribuição para a formulação de políticas públicas.

### **A inserção de Ciências na Prova Brasil: possibilidades de incremento às políticas docentes**

DAVIS (2011) constatou em seu estudo, que nos últimos anos um dos resultados mais preocupantes é o baixo desempenho apresentado pelos alunos em Matemática e Português, e pelo fato destas disciplinas serem consideradas cruciais da formação dos professores, a maioria das Secretarias de Educação (SE) avalia que a necessidade de apoiar, prioritariamente, as demandas nas áreas de Alfabetização, Português e Matemática, implicou pouca atenção às demais disciplinas.

Pode-se atribuir esta priorização por parte das SE à formação continuada nestas áreas devido ao fato de serem avaliadas, indexadas e expostas pelo SAEB, implicando também nos

recursos financeiros destinados aos municípios. Portanto, a inserção de ciências ao SAEB valoriza este campo do conhecimento, conseqüentemente implicará também em um melhor preparo dos docentes desta área, incrementando assim o apoio e incentivo à formação continuada voltada para o ensino de ciências.

Nesse sentido, ficam como questões para futuras reflexões: a) qual a qualidade do ensino de ciências que o SAEB deverá buscar? b) a avaliação da Prova Brasil em ciências buscará as mesmas habilidades avaliadas no PISA? Estas questões poderão ser analisadas quando o MEC definir os objetivos específicos da avaliação de ciências na Prova Brasil.

Desta forma, encerra-se este estudo exploratório retornando à afirmação inicial, que as avaliações externas executadas pelos Sistemas de Monitoramento de ensino são diferentes das avaliações escolares, porém, acrescenta-se que também diferem entre si, pois cada uma atende a finalidades distintas. O desafio dos gestores está em objetivar as avaliações para que estas subsidiem as orientações das determinações legais voltadas à educação e aos sistemas de ensino sempre em busca de maior equidade e qualidade.

## Referências

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 05 fev. 2013.

BRUEL, A. L. O. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: ibpex. 2010.

CLÍMACO, J. C. T. S. Neves, C. M. C. Lima, B. F. Z. Ações da Capes para a formação e a valorização dos professores da educação básica do Brasil e sua interação com a pós-graduação. **RBPG**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 181 - 209, abril de 2012. Disponível em: [http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/vol.9\\_16/s2-cap6.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/vol.9_16/s2-cap6.pdf) Acesso em 03 mai. 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 168-200, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12929.pdf> Acesso em: 18 abr. 2013.

DAVIS, C. et al. Formação Continuada de Professores: Uma Análise das Modalidades e das Práticas em Estados e Municípios Brasileiros. **Relatório de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas**, 2011.

LUCE, M. B. FARENZENA, N. In. GRACIANO, M. (Coord.). **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. São Paulo : Ação Educativa – (Em Questão, v. 4), 2007. Disponível em: [http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/publicacoes/pdfs/emquesto4\\_miolo.pdf](http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/publicacoes/pdfs/emquesto4_miolo.pdf) Acesso em: 11 mar. 2013.

DIAS, R. E.; Lopes, A. C. **Competências na Formação de Professores no Brasil: O que (Não) há de novo**. Educação e Sociedade, vol. 24. n. 85, p. 1115 – 1117, dez. 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 3 mar. 2012.

DICKEL, A. **O impacto do PISA na Produção Acadêmica Brasileira: contribuições para a discussão do currículo escolar**. Educação: Teoria e Prática - v. 20, n.35, jul.-dez. 2010. p. 201-228. Disponível em <<http://goo.gl/InVer>> Acesso em 12 fev. 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar. **Brasília-DF: MEC/Secretaria de Políticas Educacionais**, 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

**Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 110, mar. 2010 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302010000100001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302010000100001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 13 maio 2013.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)**. MEC--Ministério da Educação, INEP--Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FREITAS, H. C. L. **A Reforma do Ensino Superior no Campo da Formação dos Profissionais da Educação Básica: As Políticas Educacionais e o Movimento dos Educadores**. *Educação & Sociedade*, ano XX, nº 68, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a02v2068.pdf>> Acesso em 12 mar. 2013.

KRASILCHIK, M. Reformas e realidade: o caso do ensino das ciências. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 1, Mar. 2000 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010288392000000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 Mar. 2013.

MAIA, Poliana Flávia; JUSTI, Rosária. Desenvolvimento de habilidades no ensino de ciências e o processo de avaliação: análise da coerência. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 14, n. 3, 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151673132008000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151673132008000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 Mar. 2013.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. Expansão e qualidade da educação básica no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 561-585, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1340140.pdf>. Acesso em 22 mar. 2013.

NOTA Técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. **INEP**, 2007. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/o\\_que\\_e\\_o\\_ideb/Nota\\_Tecnica\\_n1\\_concepcaoIDEB.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf)>. Acesso em: 5 mai. 2013.

SILVA, A. F. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), avaliação da educação básica e desempenho docente**. *Jornal de Políticas Educacionais*. Nº 8 Julho–Dezembro de 2010 | Pp. 63–73. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2013.

SCHEIBE, L. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, Sept. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302010000300017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302010000300017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 08 out. 2012.

WAISELFISZ, J. J. **O ensino de Ciências no Brasil e o PISA**. São Paulo: Sangari do Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.sangari.com/visualizar/institucional/pdfs/PISA2009.pdf> Acesso em 13 jan. 2013.

WITTMANN, M. J. M. Avaliação da educação básica em larga escala em nível nacional: previstos e acontecidos. In: 8º Congresso Nacional de Educação da PUCPR (EDUCERE). **Anais do 8º EDUCERE**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008. Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/92\\_60.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/92_60.pdf). Acesso em 25 mar. 2013.